

CINQUENTA ANOS DEPOIS DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1986)

Maria Guadalupe Pedrero
(Departamento de História:
UNESP-ASSIS)

Ao longo de cinquenta anos, a Guerra Civil por excelência para os espanhóis, deu origem a uma densa constelação de recriações e de símbolos culturais — literatura de todo gênero, artes plásticas, folclore, filmografia — com o substrato sempre, de certos posicionamentos ideológicos. Ainda hoje, a guerra civil continua sendo o “tema quente” para a historiografia sobre a Espanha do século XX.

Porém, este acontecimento está longe de ser um fato histórico bem conhecido. Somente poucos temas setoriais podem considerar-se suficientemente esclarecidos. Pouco se conhece do que seria necessário desvelar para compreendê-lo: qual e como era a sociedade espanhola onde se desencadeou tão decisivo conflito e porquê?

É preciso constatar que as primeiras contribuições para o estudo historiográfico da guerra espanhola, oferecidos em forma de testemunhos globais por protagonistas ou observadores diretos da mesma, quando era já um fato consumado, apresentam dificuldades metodológicas para explicá-la de maneira histórica, sem apelações nem anacronismos.

“Toda a literatura historiográfica sobre o tema e os correspondentes ensaios bibliográficos sobre o mesmo, manifestam uma incrível capacidade de envelhecimento”, segundo afirma o historiador Julio Arostégui¹.

Assim aconteceu com as publicações dos anos sessenta. Aparecem nessa década, estudo históricos que ainda hoje se consideram de vanguarda, talvez porque foram favorecidos pela propaganda da censura franquista. Entre estes se encontram obras como as de Thomas, Jackson, Jellinek, Ibarruri ou De la Cierva².

(1) AROSTEGUI, J. — “La guerra civil en España” em *História 16: Siglo XX História Universal*, nº 14, pág. 71.

(2) THOMAS, H. — *La Guerra Civil Española*. Madrid, Grijalbo, 1985 (1ª Ed. 1961).
JACKSON, G. — *La República Española y la Guerra Civil 1931-1939*. Madrid, Crítica, 1977.

IBARRURI, D. — *Guerra y Revolución en España*. Moscú, 1966.

Apareceram também grandes monografias militares, diplomáticas e políticas seguidas de uma segunda onda de memórias, entre as quais se situa a do próprio Gil Robles³.

Os esforços por objetivar, academizar e distanciar cientificamente o fato da guerra, que alguns autores transformaram no principal slogan da sua obra, manifestaram-se como estéreis e em alguns casos, simplesmente falsos.

O paradigma dos anos sessenta parece totalmente esgotado. A maioria dessas grandes sínteses, não se mantêm por razões de informação e por razões de método.

Hoje, a história da Guerra Civil entrou numa nova fase de estudo, porque se pode dispor de maiores fontes de informação, embora permaneçam ainda algumas reservas.

O melhor da produção histórica se encontra em certas monografias dos anos setenta que visualizam aspectos parciais sobre o tema, como os trabalhos de Ramón Salas, Alpert ou Viñas⁴.

Tuñón de Lara, a propósito dos 50 anos de decorrência da guerra, coordenou a publicação de "La Guerra Civil Española 50 años después", com a participação de diferentes historiadores. Esta obra foi lançada pela editora LABOR. Trata-se de uma obra de reflexão documentada, ultrapassando o esquema da simples narrativa e interessada em analisar as causas e as conseqüências da mesma⁵.

Na Espanha se assiste durante os primeiros anos do nosso século ao processo de decomposição do "Antigo Regime, manifestado pela derrocada da monarquia, passando pela ditadura de Primo de Rivera até a implantação da República em 1931.

O pano de fundo que acompanha a vida da República de 31 a 36 se caracteriza pelos contínuos conflitos trabalhistas, tanto nos centros industriais e urbanos como no campo, por problemas de autonomias nacionalistas, por uma mentalidade católica, que através de um certo moralismo tradicional reforça o imobilismo, por um conservadorismo patronal, cego diante do irreversível das transformações sociais do século XX, e finalmente, por um clima de revanchismo que predomina na sucessão dos partidos no poder.

(3) GIL ROBLES, J. M. — *No fué posible la paz*. Barcelona, 1978 (1ª ed. 1968). LIZARGA, M. — *Memorias de la Conspiración 1931-1936*. MADARIAGA, S. — *España ensayo de História Contemporanea*. Buenos Aires, 1964. SUNER, R. — *Memorias*. Barcelona, 1977.

(4) SALAS, R. — *Historia del Ejercito popular de la Republica*, Madrid, 1973, 4 vol. SALAS, J. — *Intervención extranjera en la guerra de España*. Madrid, Ed. Nacional, 1973.

ALPERT, M. — *El Ejercito republicano en la guerra civil*. Paris-Barcelona, Ruedo Iberico, 1977. VIÑAS, A. *El oro español en la guerra civil*. Madrid, 1976.

(5) TUÑÓN DE LARA, M. — *La guerra civil española 50 años después* Madrid, Labor, 1985.

Com a vitória da chamada “Frente Popular” nas eleições de 1936, Azaña preside um governo desbordado pela esquerda e incapaz de controlar a ordem pública, num clima de atentados produzidos por grupos para-militares de esquerda e de direita. Era o fantasma da guerra culminando o confronto entre “as duas Espanhas” tão sentido pelos intelectuais de “La Generación del 98” como um sintoma de doença grave.

A tese dos vencedores pode sintetizar-se da seguinte maneira: o “levante nacional” tornara-se inevitável e surgiu como razão suprema de um povo em risco de aniquilamento, antecipando-se à ditadura comunista que ameaçava de maneira evidente.

É difícil encontrar um mito menos próximo à verdade, que tenha constituído durante mais tempo doutrina oficial. Nem a guerra civil foi um levantamento nacional, nem era inevitável, nem existia o risco de aniquilamento, nem a ditadura comunista ameaçava de maneira evidente.

Não se trata tampouco, de remetermo-nos às teses dos vencidos que consideraram a guerra como a ação conjunta de militares e católicos implantando um regime fascista, junto com as classes ricas conservadoras e retrógradas.

O confronto armado está ligado às formas que na Espanha adquire a crise geral que percorre a Europa e o mundo de 1917 a 1939. Os processos espanhóis, não são exclusivos.

Neste sentido é insuficiente apresentar a questão nestes termos: a Guerra Civil é um conflito arquetípico da Espanha? ou, é o reflexo de uma situação internacional que teria aqui o primeiro ato do desfecho violento da segunda Grande Guerra?

Nenhum dos dois termos deste dilema se explica por si só, nem responde à complexa realidade histórica no seu conjunto.

A evolução espanhola não pode se desvincular dos acontecimentos do seu contexto. Para falar do caso espanhol é preciso se situar no marco geo-histórico que o abrange, e este é dos países europeus após a guerra mundial de 1914-1918.

A guerra de 14 favoreceu que na Espanha se consolidasse uma organização social capitalista. Produz o súbito enriquecimento de certas classes e o aumento de dificuldades vitais das maiorias, um extraordinário incremento dos conflitos sociais, que provoca a crise do sistema oligárquico de dominação consagrado desde a Monarquia restaurada com Alfonso XII (1816).

Por outro lado, a onda revolucionária que atravessa a Europa desde 1917 tem na Espanha o seu reflexo. Também a Alemanha, Hungria, França, Itália ou Turquia vêm-se afetadas por ela sob o paradigma da revolução russa, que sem dúvida é a mais grave comoção do mundo

capitalista, industrializado e liberal, chegando aos países menos evoluídos do leste e do sul da Europa.

É justamente em 1917 quando se produz a primeira ruptura importante e decisiva no sistema monárquico espanhol. Materializam-se nesse momento três rebeliões paralelas em confronto com a ordem estabelecida:

- a do Exército, com a constituição das “Juntas de defesa”;
- a das burguesias periféricas (Catalunha e Vasconia), não-oligárquicas, mas satélites da oligarquia no poder, e que se manifesta pela constituição da “Assembléia de Parlamentares”;
- a do proletariado, concretizada na greve geral de agosto.

A estas três manifestações revolucionárias se incorpora também de maneira irreversível uma quarta, a dos movimentos camponeses, principalmente na Andaluzia.

Estes grupos que provocaram revoluções diferentes, não coincidiram nos seus objetivos e, portanto, não somaram os seus esforços. Porém, o regime vigente, deixa de funcionar com os mecanismos políticos e sociais estabelecidos. Abre-se uma crise nas estruturas sociais espanholas que só se fechará, e isso provisoriamente, em 1939 com o fim da guerra.

Os anos que precedem à guerra, são a culminação da dramática busca de um novo sistema de relações sociais de dominação. A sucessão de regimes no poder é a constatação das mudanças que se estão operando nas estruturas básicas do país. Mudanças semelhantes, aliás, às ocorridas em muitos países europeus, embora em nenhum deles se chegue de forma estrita a um conflito armado.

As soluções encontram-se a nível internacional nas mesmas coordenadas: a consolidação da democracia burguesa, o fascismo ou o socialismo.

A República espanhola se apresenta como a tentativa mais decidida de substituir as velhas estruturas de dominação, de base agrária e coniventes com os núcleos capitalistas modernizados, que são liberais, não democráticos, e propõe a transformação de base liberal-capitalista-democrática. Encontramo-nos assim diante de uma proposta de transformação.

Uma primeira opção, não-revolucionária que conta com o apoio dos seguintes grupos:

- a média e baixa burguesia urbana e intelectual, não vinculada diretamente aos interesses agrários;
- um setor majoritário do socialismo e movimentos operários afins: PSOE e UGT. Trata-se de aliança conjuntural, o que explica as vacilações posteriores do socialismo;

— o comunismo antes da sua fragmentação, que deu origem ao Partido Operário Espanhol de Unificação Marxista (POUM) que passará a defender uma segunda opção, a revolucionária.

Uma segunda opção revolucionária e proposta por:

- o comunismo dissidente, POUM e CGT;
- o anarco-sindicalismo, com uma profunda penetração nas massas e que desde a organização da FAI (Federação Anarquista Ibérica) hegemoniza uma parte importante da classe operária;
- a tendência esquerdista do socialismo.

Em oposição a estas duas propostas de mudança, se encontram outros grupos, não situados da mesma maneira ao lado da oligarquia agrária, conservadora e ferrenhamente empenhada em manter o status quo, mas que conjunturalmente também, se unem para impulsionar uma terceira opção, que será assumida por:

- os latifundiários, base da oligarquia dominante, com grandes massas a eles subordinadas;
- o setor da burguesia de negócios que tinha prosperado durante o regime anterior;
- com sentido corporativo e institucional, o Exército e a Igreja.

Assim pois, nesta terceira opção, a antiga facção dominante, com certas acomodações de mimetismo fascista e algumas dissidências, termina por impor a própria solução: a permanência através da guerra civil.

A chegada ao poder da Frente Popular em fevereiro de 1936 e os cinco meses que precederam a guerra, estão marcados por um extraordinário desenvolvimento da violência política. Erroneamente tem-se qualificado esta violência como antecâmara da revolução e sobre ela baseia-se a teoria ideológica, desenvolvida posteriormente para justificar a sublevação. Porém, a conspiração anti-republicana não é consequência desta violência explícita, mas simultânea e ainda antepor à mesma. A ameaça real para modificar o status quo, era o programa da Frente Popular, não a revolução propriamente dita. O bloco de resistência intuiu o perigo de mudança nas relações de poder. Por isso lançou-se a impedi-la através da solução de força.

Depois de 1932, um ano após da implantação da República, podem ser detectadas conspirações de todos os signos contra a mesma e de inspiração ideológica diferente:

- monarquistas, alfonsinos e carlistas, buscando o apoio de Mussolini já em 1934;
- insurreições operárias vinculadas a sindicatos ou partidos, com o intuito de impedir o triunfo de partidos não republicanos;

- o anarquismo;
- o fascismo espanhol, representado pela Falange.

Grupos todos eles que pensam num levantamento de milícias armadas. A necessidade de contar com as forças armadas convencionais termina por se impor a todos. E, justamente, a conspiração definitiva tem como protagonista uma facção majoritária do exército. Trata-se com efeito de uma conspiração militar, mas, pelas suas conexões com grupos de pressão, partidos políticos e demais colaboradores civis, a convertem em um exemplo típico dos levantamentos militares na Espanha.

Entre os militares, desde o mês de janeiro se discutiam propostas de sublevação, e é o General Mola quem assume a coordenação do movimento, que fixa a data para o dia 17 de julho na África e para o dia 18 na península. No dia 14 do mês foi conhecido o assassinato do parlamentar Calvo Sotelo. A relação deste acontecimento com o início da guerra foi vinculado posteriormente, pois é conhecido que desde o dia 11, Franco tinha à sua disposição o avião que o levaria de Canárias a Marrocos onde iniciaria o conflito.

A Guerra Civil se prolonga por três anos, porque o golpe militar não teve o resultado esperado pelos sublevados, e o Governo não teve condições de controlá-lo. Uns e outros buscam afanosamente a solução pela força com medidas em parte similares e em parte contrapostas. Coincidem na petição de ajuda ao exterior e na mobilização de massas. Os sublevados contavam com as massas despolitizadas, às quais enquadram militarmente. A República dispunha de massas ideologicamente politizadas frente ao fascismo, com as quais formar umas milícias armadas para substituir um exército inexistente.

Independentemente do processo interno da guerra mesma, podemos perguntar-nos, como repercutiu, ou como foi interpretada no mundo e especialmente na Europa?

Analisa-se a guerra da Espanha à luz imediata dos grandes problemas do contexto internacional da década dos trinta. O que a posteriori foi interpretado como um primeiro ato do drama bélico continuado pouco depois à escala mundial, era entendido da mesma forma por muitos observadores da época e por amplos setores da opinião pública espanhola. Pretendia-se que na Espanha se confrontavam já, pelas armas, as mesmas forças que disputavam a hegemonia à escala mundial. Por um lado se projetava o futuro das democracias parlamentares diante do progresso de um fascismo em pleno apogeu expansionista. Por outro, se destacava a presença comunista à sombra da União Soviética.

A verdade é que com estas ideologias como pano de fundo das tensões generalizadas, as grandes potências, “para a desgraça da Espanha”,

no dizer de alguns comentaristas, preocupam-se muito mais em isolar o conflito, evitando o perigo de expansão, que por orientar a questão espanhola de maneira livre e democrática. Neste sentido, o medo das potências fascistas e o receio diante da expansão do bolchevismo canalizam as claudicações do mundo democrático com relação à Espanha, para a política chamada de “não intervenção”.

As diferentes potências manejam as cartas dos seus interesses imediatos e não a defesa de qualquer princípio político ou jurídico. A questão espanhola pouco acrescentava às tensões existentes, o expansionismo hitleriano ia ocupando o primeiro lugar, porém, contribuiu para aprofundar as diferenças ideológicas na Europa do seu tempo.

O Governo republicano era em princípio o único reconhecido internacionalmente. Contava com a legitimidade institucional e dispunha dos recursos mais centralizados do Estado (reservas de ouro e prata do Banco de Espanha).

Os rebeldes careciam inicialmente de todo status internacional, não tinham mais recursos que os adquiridos pela força, e a sua projeção para o exterior era mais limitada, concentrando-se essencialmente nas potências fascistas.

Dentro da Espanha, para estimular um apoio mais efetivo do exterior, o conflito foi colocado nos termos de pugna fascismo-antifascismo por um lado, e de comunismo-anticomunismo por outro. O processo de internacionalização da guerra esteve marcado inicialmente por essas assimetrias.

Os sublevados encontraram ao seu lado os regimes fascistas: Alemanha e Itália, com a colaboração simpatizante de Portugal. Mais tarde, à medida que a guerra foi alastrando-se, a direita europeia e americana apoiaram em geral “os cruzados” contra o comunismo ateu e destruidor dos valores da civilização ocidental. As vacilações táticas do Vaticano não impediram, por outro lado, que um amplo setor do catolicismo militante ajudasse material ou espiritualmente àqueles que se opunham à “Espanha roja”.

Para a República, a situação foi menos nítida e o apoio que esperava obter das democracias ocidentais não se materializou na quantidade e qualidade necessárias.

Na França, a guerra civil, contribuiu para aumentar as tensões internas e o frágil governo de Leon Blum se dividiu imediatamente a respeito do tema. A ajuda foi esporádica e superficial.

Na Inglaterra, ao sobressalto provocado pelo fracasso do apelo estatal republicano e os excessos da revolução, se une o temor de que na Espanha, se instalasse um regime incapaz de manter a lei e a ordem burguesas. A simpatia do governo conservador do momento, não se

inclinou inequivocamente para a República, sendo apoiado nessa posição pelos círculos ligados à indústria e às finanças, que tinham interesses substanciais na Espanha ocupada pelas tropas de Franco. Dessa forma, nos meios governamentais ingleses, a República somente encontrou reticências quando não hostilidade, embora esta nem sempre aparecesse acobertada pela diplomacia. O apoio vindo dos EEUU limitou-se àquele de natureza humanitária.

É dentro dessa perspectiva que se constrói ou se chega à denominada “política de não intervenção” sob proposta francesa, com a aprovação entusiástica da Inglaterra. Organiza-se uma comissão internacional com sede em Londres. Mas esta política, não demorou em transformar-se numa farsa, porque diante do conflito, de fato, ninguém permaneceu neutro.

Junto à timidez e reticências das potências democráticas ocidentais, os regimes fascistas (Alemanha e Itália) foram desenvolvendo uma atitude agressiva e de apoio crescente a Franco. O denominado Eixo entre o III Reich e a Itália de Mussolini, começou a materializar-se em outubro 1936.

“A Legião Condor” levou homens e armamentos alemães à Espanha e a presença de tropas regulares italianas foi um fato conhecido nas chancelarias européias e descaradamente confessado pelos embaixadores de Mussolini.

O processo de internacionalização seguiu por estes caminhos no contexto oficial da política de não intervenção.

Nesta situação, a República somente pôde receber ajuda por três vias:

Uma, pela apelação ao mercado negro de armamentos. Outra através do esforço organizado pelos partidos comunistas da Europa ocidental, principalmente o francês, que canaliza o entusiasmo antifascista para Espanha, dando lugar às “Brigadas Internacionais”, que fizeram ato de presença nas frentes espanholas a partir de novembro de 1936. Estas brigadas de voluntários estavam formadas por antifascistas convencidos, muitos ex-combatentes da primeira Guerra Mundial, esquerdistas de todas as cores possíveis, desempregados, românticos e aventureiros procedentes de países europeus, americanos e até asiáticos e africanos. Entre eles encontramos escritores como Hemingway e Malraux.

A terceira via, procede da ajuda soviética, cautelosa e lenta. Nunca foi nem demasiado ativa nem implicou riscos que pudessem por em perigo os objetivos da política exterior de Stalin. Limitou-se ao envio de armamentos e assessores para o exército.

Como conseqüência, “a indiferença para com o destino da República (indiferença que esta se negava a aceitar: teimosamente segundo

uns, ingenuamente, segundo outros) e o contínuo apoio a Franco de Hitler e Mussolini decidiram o processo de internacionalização”⁶.

Passado o primeiro ano da guerra, já não era verossímil que ultrapassasse dos confins peninsulares e como consequência, o interesse internacional decresceu. A Conferência Internacional de Nyon (setembro, 1938) é o marco da política de “apaziguamento” patrocinada por Chamberlain, e nela, não se reconhece a situação de beligerância na Espanha, a qual teria liberado o tráfico de armas.

Ao governo de Londres, o único que parecia interessar-lhe agora, era que alemães e italianos não obtivessem bases permanentes na península Ibérica depois do conflito, e que o débil regime franquista não desviasse as matérias primas que confluíam para a Inglaterra, sobretudo o minério de ferro.

Por outro lado, a partir de 1938 Alemanha empreende a sua política de anexões às custas de Áustria e Checoslováquia, apenas temporariamente brecada nos Acordos de Munique entre os representantes de Inglaterra, França e Alemanha. Depois destes acordos, onde se sacrificava Checoslováquia, afastava-se, momentaneamente, a eminência da guerra mundial, porque não se eliminava o desígnio de Hitler de formar o grande Reich através do “espaço vital” que precisava a “raça ariana”. De fato, a guerra continuava no horizonte das relações internacionais.

Para muitos, em Munique se condenou a República espanhola cuja esperança estava ainda na internacionalização da guerra. Ao longo do terceiro ano de luta, o isolamento e a desmoralização da Espanha republicana tinham minado a vontade, e ainda mais, a capacidade de resistência da mesma. Nesse mesmo ano (março, 1939) Inglaterra e França reconhecem Franco. Outros países, incluídos os EEUU seguiram o mesmo caminho.

No futuro, os vencedores deviam se acomodar às repercussões de insegurança internacional sob os compromissos tácitos ou explícitos assumidos durante os três anos de guerra.

Os vencidos, que se exilaram, depararam-se com a prisão, a humilhação ou a execução.

Tinham-se esgotado o prazo das negociações entre os dois bandos. Três anos de luta tinham aberto barreiras e posicionamentos de mútua rejeição. A inflexibilidade dos vencedores não cooperou para a conciliação de todos os espanhóis.

(6) VIÑAS, A. — “La internacionalización de la guerra de España em Historia 16: Siglo XX História Universal, nº 14 pág. 108.